



CPL

FOLHA Nº

RUBRICA:

Secretaria de Planejamento e Gestão

RECEBIDO

## SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS DIREITOS HUMANOS

## SOLICITAÇÃO- ABERTURA DE NOVO CONTRATO

ORIGEM: ÓRGÃO GERENCIADOR SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS

DESTINO: CASA DE ACOLHIMENTO VÓ RAIMUNDA II

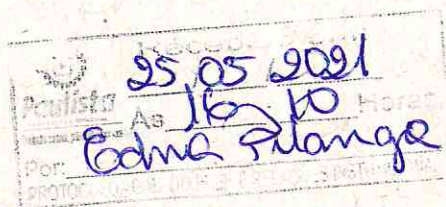
Paulista, 24 de maio de 2021.

Ofício LICITAÇÃO-GAB-SPSDH/ Nº 292/2021

Ao

Ilmo. Sr. José Geraldo de Araújo Lima

MD. Secretário de Planejamento e Gestão

**NESTA****URGENTE**

A Prefeitura Municipal do Paulista CNPJ nº 10.408.839/0001-17, sito a Praça Agamenon Magalhães, S/Nº – Centro – Paulista- PE, neste ato representado nos termos do Decreto Municipal Nº 20/2017, nomeado através de Portaria nº 969/2019 e o Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ Nº 02.734.679/0001-78, sito a Av. Prefeito Geraldo Pinho Alves, Nº 222 - Maranguape I – Paulista - PE, neste ato representado nos termos do Decreto Municipal Nº 20/2017, e lei Municipal 3.476/97 e suas alterações por intermédio da secretária e gestora, a senhora **KELLY TAVARES DE MOURA**, solicita e autoriza abertura de processo novo, com o objeto à locação do citado imóvel, para funcionamento da **CASA DE ACOLHIMENTO VÓ RAIMUNDA II**, em atendimento às necessidades da **SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS** e do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

**DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS:**

LOTE ÚNICO				
Item	Descrição	UNIDADE	TOTAL R\$ MENSAL	TOTAL R\$ ANUAL
LOTE ÚNICO				
1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL- Situado à rua Ulisses Narcizo Dornelas, nº 65, LOTES 64.1 e 64.2, bairro: Nossa Senhora da Conceição, Paulista/PE, pelo período de 12 (doze) meses sendo passível de prorrogação conforme artigo 57º da lei 8.666/93	01	R\$ 6.069,50	R\$ 72.834,00
TOTAL GERAL LOTE=				R\$ 72.834,00

Sem mais a acrescentar apresento votos elevada estima e consideração

Kelly

Kelly Tavares de Moura

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Avenida Prefeito Pinho Alves, 222-

Maranguape I, Paulista – CEP: 53.442-030

[WWW.PAULISTA.PE.GOV.BR](http://WWW.PAULISTA.PE.GOV.BR)





CPL  
FOLHA Nº 02  
RUBRICA:

## SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS DIREITOS HUMANOS

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

Abertura de processo licitatório através de **DISPENSA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, COM FÚLCRO NO ART. X, DA LEI Nº 8.666/93**, visando o funcionamento da **Casa de Acolhimento Vó Raimunda II**, gerida Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos, por um período de 12 (doze) meses, conforme as especificações deste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Como demanda elencada e destacada no Plano Municipal de Acolhimento Institucional do Município de Paulista e em respeito ao Sistema de Proteção, Promoção e Defesa do Direito à convivência familiar e comunitária, publicado no ano de 2006, o qual trazia como um dos eixos prioritários a necessidade de adequar e qualificar os serviços de acolhimento, observamos a necessidade de melhorar a situação de moradia dos acolhidos neste município.

Neste mesmo sentido, não basta apenas ter a equipe qualificada se as condições de habitação atuais dos acolhidos não encontram-se adequadas.

Outra situação preponderante para a necessidade evidente de mudança de endereço é a acessibilidade, no que se refere a segurança e autonomia para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, uma vez que a Lei nº 10.098/2000 ampara o direito à acessibilidade e a atual casa não garante a acessibilidade.

Acrescenta-se aqui a eminente necessidade de melhorar as condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança no serviço de acolhimento institucional.

Em destaque o risco elevado pela Defesa Civil do município onde foi detectado risco estrutural no imóvel, sendo assim necessário a evacuação dos acolhidos de forma emergencial a fim de garantir a segurança dos mesmos.

Por fim e com base nas orientações técnicas onde preveem ainda que no caso dos abrigos institucionais, a equipe deve ter sala exclusiva na instituição e que seja portanto fora da área de moradia dos acolhidos (NOB/RH-SUAS e nas Orientações Técnicas para acolhimento institucional).

Fundamentada nas necessidades acima pontuadas, solicitamos locação urgente da casa situada na rua Ulisses Narciso Dorneles, 65, Nossa Senhora da Conceição, Paulista/PE." (Laura Moura Buarque - coordenadora da Proteção Social Especial de Alta Complexidade).

#### 3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

LOTE UNICO				
Item	Descrição	UNIDADE	TOTAL R\$ MENSAL	TOTAL R\$ ANUAL
LOTE UNICO				





**SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS DIREITOS HUMANOS**

1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL- Situado à rua Ulisses Narciso Dornelas, nº 65, LOTES 64.1 e 64.2, bairro: Nossa Senhora da Conceição, Paulista/PE, pelo período de 12 (doze) meses sendo passível de prorrogação conforme artigo 57º da lei 8.666/93	01	R\$ 6.069,50	R\$ 72.834,00
TOTAL LOTE ÚNICO				R\$ 72.834,00
TOTAL GERAL LOTE=				R\$ 72.834,00

**4. DA JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

4.1 A locação de imóvel se fundamenta no inciso X do artigo 24º da Lei 8.666/93, que dispõe sobre a dispensa de licitação para locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração pública, justifica o valor conforme previsão do **DECRETO Nº 9.412/2018**. Salientando ainda que o valor proposto no menor orçamento enquadra-se no dispositivo do decreto supracitado conforme alterações da lei 8.666/93 que refere-se a dispensa de licitação para aquisição de bens, com pequena relevância econômica, conforme artigo 24º da lei 8.666/1993 e suas alterações onde dispõe sobre valor que é **DISPENSÁVEL** a licitação. (anexo laudo de Avaliação com anuência do setor de arbitramento).

**5. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. Os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação, correrão por conta do órgão gerenciador, cujos elementos de despesas constarão nos respectivos contratos e notas de empenho, observadas as condições estabelecidas no processo licitatório, conforme descrição abaixo:

Atividade: 08.243.2203-4312 – Apoio e manutenção ao acolhimento.

Elemento: 339036 – outros serviços de terceiros pessoa física

Fonte: 1.001.0000 - Recurso próprio

Fonte: 1.311.0000 - Recurso FMAS

**6. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO**

6.1 A entrega do objeto deste termo dar-se-á após a assinatura do contrato de locação, mediante a entrega das chaves aos locatários, iniciando-se a partir daí o período locatício.

LOCAL	ENDEREÇO
CASA DE ACOLHIMENTO VÓ RAIMUNDA II	rua Ulisses Narciso Dornelas, nº 65, Lotes 64.1 e 64.2, bairro: Nossa Senhora da Conceição, Paulista/PE

**7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (LOCADOR):**

7.1. Constituem obrigações da contratada/locador, além das constantes nos artigos 69 e 70 da Lei nº 8.666/93, as seguintes:

7.1.1. Obedecer às especificações constantes neste Termo;

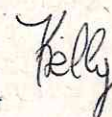
7.1.2. Responsabilizar-se pela entrega do imóvel com a regularidade contra incêndios, outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada/Locador(a);

7.1.3. Realizar a entrega/ do imóvel dentro do prazo estipulado;

7.1.4. O retardamento na entrega do objeto de locação, não justificado considerar-se-á como infração contratual;

7.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;







## SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS DIREITOS HUMANOS

- 7.1.6. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
- 7.1.7. Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes das despesas do objeto do contrato, como IPTU, TAXA e de BOMBEIROS e outros relativos ao imóvel todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo sobre o imóvel, inclusive, todas despesas decorrentes de benfeitorias necessárias do referido imóvel, inclusive obras ou serviços exigidos pela segurança da construção ou ela correção de falhas ocorridas na edificação do imóvel.
- 7.1.8. Arcar com todos os desgastes ou deteriorações, total ou parcialmente, à presente contrato de locação.
- 7.1.9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE(LOCATÁRIO)

#### 8.1. Constituem obrigações da contratante:

- 8.1.1. Exercer a fiscalização da execução do objeto licitado;
- 8.1.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- 8.1.3. Efetuar o pagamento devido, na forma estabelecida neste Termo;
- 8.1.4. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução pela CONTRATADO(A), dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da contratada, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;
- 8.1.5. Comunicar por escrito à CONTRATADO(A) qualquer irregularidade encontrada;
- 8.1.6. Pagar as despesas relativas ao fornecimento de água e de energia elétrica, taxa lixo, iluminação pública e as relativas à coleta do esgoto sanitária, são as mesmas descritas neste termo de referência;
- 8.1.7. Conservar o imóvel locado e realizar nele, por sua conta, as obras de reparação dos estragos a que der causa, desde que não provenientes de seu uso normal;
- 8.1.8. À Contratante, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições deste objeto;
- 8.1.9. O recebimento do objeto deste Termo será provisório, para posterior verificação, da sua conformidade com as especificações e da proposta pela área técnica competente, garantindo sua conformidade com o objeto licitado;
- 8.1.10. O restituir o imóvel, quando finda a locação, no estado em que o recebeu, conforme Laudo de Vistoria, salvo as deteriorações de seu uso normal, e que o LOCATÁRIO poderá exercer o direito de retenção do imóvel locado até que seja devidamente indenizado pela execução, nele;
- 8.1.11. de benfeitorias necessárias, quando os LOCADORES, previamente notificados, houver se recusado a realiza-las, com o devido abatimento.

### 9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura.

### 10. DO PAGAMENTO

10.1. A Contratante providenciará empenho para cobrir as despesas com o objeto deste Termo;

10.2. O pagamento será efetuado no mês subsequente, em conformidade com cronograma da Secretaria de Finanças do Município, conforme o valor fixado na proposta pela CONTRATADA, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestado o recebimento por setor técnico competente, comprovando o recebimento do objeto deste Termo e de acordo com a quantidade efetivamente entregue.

10.3 A contratante reserva-se no direito de suspender o pagamento se o objeto estiver em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

10.4 O Presente contrato poderá ser reajustado de acordo com índice do IPCA-IBGE, após decorrido 01(um) ano de vigência, contados a partir da assinatura do mesmo, sendo passível de renúncia conforme acordo das partes.

### 11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização do objeto será exercida pela CONTRATANTE, por meio de unidade competente na forma que lhe convier;

Avenida Prefeito Pinho Alves, 222-  
Maranguape I, Paulista – CEP: 53.442-030

[WWW.PAULISTA.PE.GOV.BR](http://WWW.PAULISTA.PE.GOV.BR)







## SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS DIREITOS HUMANOS

**11.2.** À CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização;

**11.3.** A supervisão por parte da CONTRATANTE, sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas.

### 12.DAS PENALIDADES

**12.1-** Quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documento exigido para o certame, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal;

**12.2-** A penalidade de multa será aplicada nos seguintes termos:

- a. Pelo atraso na entrega do objeto, em relação ao prazo estipulado, de 1% (um por cento) do valor total contratado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);
- b. Pela recusa na entrega, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor total contratado;
- c. Pela demora em corrigir falha no produto, a contar do segundo dia da data notificação da rejeição: 0,3% (zero virgula três por cento) do valor total da nota fiscal, por dia decorrido;
- d. Pela recusa em corrigir as falhas no produto, entendendo-se como recusa a falha ou defeito do produto nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor total da nota fiscal;
- e. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor total contratado.

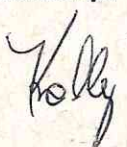
**12.3-** As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07(sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

**12.4-** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo;

**12.5-** Fica o ente público CONTRATANTE, autorizado, após regular processo administrativo, em caso de aplicação de multa ao contratado, a haver o respectivo valor das multas mediante subtração do valor da garantia do contrato, caso esta tenha sido dada em dinheiro;

**12.6-** Não se tratando de garantia em dinheiro, ou seja, em não sendo a garantia contratual de natureza que comporte Pronta execução extrajudicial, a Administração exigirá o recolhimento da multa;

**12.7-** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença,







## SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS DIREITOS HUMANOS

que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente, conforme determina o § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

12.8-O recolhimento da(s) multa(s) não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

Casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Paulista, 24 de maio de 2021

*Kelly Tavares de Moura*

Kelly Tavares de Moura  
Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos

